



*Relatório de  
Actividades*

*2005*

**PROTOCOLO COOPERAÇÃO**  
**IEFP/REAPN**

# RELATÓRIO DE EXECUÇÃO 2005

## Rede de Europeia Anti-Pobreza / Portugal

---

Rua de Costa Cabral, 2368  
4200-218 Porto  
Telefone 22.5420800 · Fax 22.5403250  
E-mail: [geral@reapn.org](mailto:geral@reapn.org) · Internet: [www.reapn.org](http://www.reapn.org)

## Índice

Introdução	4
<b>1- Acções em desenvolvimento</b>	<b>5</b>
1.1 – Informação	5
Acção 1 – Publicação de materiais de informação e sensibilização, através dos meios disponíveis	5
Acção 2 – Publicação de um Manual Interno de Informação sobre o Mercado Social de Emprego	7
Acção 3 – Acções de divulgação no âmbito do Ano Internacional do Microcrédito	9
Acção 4 – Acção de divulgação do estudo das Empresas de Inserção e actualização do Directório	15
Acção 5 – Conferência Internacional sobre Economia Social e Terceiro Sector	15
<b>1.2 – Formação</b>	<b>17</b>
Acção 6 – Acção de Formação em Gestão de Organizações Não Lucrativas	17
Acção 7 – Acção de Formação/Sensibilização em Marketing Aplicado às ONG's	22
<b>1.3 Investigação</b>	<b>30</b>
Acção 8 – Estudo das Empresas de Inserção	30
A - Anuário das Empresas de Inserção	30
B - Desenvolvimento do Estudo das Empresas de Inserção	33
Acção 9 – Criação de Base de Dados de contactos transnacionais	36
Acção 10 – Grupo de Trabalho sobre Economia Social e Terceiro Sector em Portugal	37
<b>2- Articulação com as estruturas centrais do IEFP</b>	<b>39</b>
<b>3 – Recursos a utilizar para a prossecução dos objectivos e acções do Plano de Acção</b>	<b>39</b>
<b>4 – Conclusões</b>	<b>41</b>
<b>5 – Cronograma das Acções</b>	<b>44</b>

## **INTRODUÇÃO**

De acordo com a Clausula 2ª do Protocolo de Cooperação estabelecido entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal em 26 de Julho de 2000, este documento tem como principal objectivo a apresentação do trabalho desenvolvido no ano de 2005.

Após cinco anos de estreita colaboração com as estruturas centrais e regionais do IEFP, a REAPN procurou assumir um papel fundamental na estratégia de promoção e divulgação das Medidas do MSE e na sensibilização para as problemáticas que o MSE procura combater: desemprego, pobreza e exclusão social, dando particular ênfase a acções de carácter formativo e informativo, nomeadamente, a realização de workshops, seminários, mesas redondas e acções de formação, realizadas em todo o território nacional, sempre em articulação estreita com os serviços do IEFP.

Em 2005, a REAPN procurou imprimir um carácter mais operativo ao desenvolvimento deste Protocolo, na sequência da estratégia já definida no Plano de Trabalho de 2004, tendo numa fase inicial planeado realizar acções de investigação no âmbito das Medidas do MSE. Pretende-se contribuir para um conhecimento aprofundado e para a reflexão do impacto do que foram quase oito anos de promoção e execução do MSE e particularmente das Empresas de Inserção, para além, da prossecução de actividades já executadas em anos anteriores: workshops, conferência internacional e Acções de Formação.

Por razões, que serão explicadas no decorrer deste relatório, sentiu-se a necessidade de acrescentar a esse estudo, a actualização do Directório que a REAPN publicou em 2001 sobre Empresas de Inserção em Portugal, promovendo ao mesmo tempo um inquérito nacional a todas as Entidades Promotoras e aos beneficiários directos da Medida.

Assim, em conformidade com o Protocolo de Cooperação, este relatório apresenta um balanço das acções executadas durante o ano 2005, com a respectiva análise avaliativa de cada um destes eventos.

## 1. Acções Desenvolvidas

### 1.1- Informação

#### **ACÇÃO 1 – Publicação de materiais de informação e sensibilização através dos meios disponíveis**

Durante o ano 2005, a REAPN, prosseguiu as diversas acções de divulgação, sensibilização e informação das diversas Medidas do Mercado Social de Emprego, procurando obedecer a uma lógica de favorecimento da intervenção das ONG's e da sociedade civil.

Neste sentido, as diversas publicações da REAPN, foram um veículo fundamental para esta tarefa informativa. No entanto, o seu papel não se limitou apenas à divulgação das Medidas e das diversas acções, serviu também para o fomento da discussão e reflexão destes instrumentos e o seu papel no seio das organizações promotoras das Medidas do MSE. Constituindo uma forma directa de manifestar opiniões, sugestões e apresentar boas práticas de execução e implementação do MSE.

As Revista de Política Social REDITEIA, o Boletim Informativo FLASH REDE, (**Anexo 1**) publicaram regularmente artigos sobre os eventos que decorreram, assim como informações variadas sobre o Protocolo. Em relação aos Núcleos Distritais da REAPN, foram igualmente publicados através dos seus Boletins Informativos (**Anexo 2**), informações relevantes relativas ao MSE, para além do apoio prestado nas candidaturas às diferentes Medidas do MSE, sempre que solicitado. Outras das vertentes deste processo de informação/sensibilização foi o contributo às Entidades Promotoras e esclarecimentos ao seu pessoal técnico e dirigente, com vista à elaboração de propostas e projectos a iniciativas disponibilizadas pelo MSE.

Sendo a REAPN, uma estrutura organizativa territorializada, através do estabelecimento de Núcleos Distritais, estes surgem como uma plataforma de informação, sensibilização e apoio quer à prossecução das acções deste Protocolo, quer ao apoio informal aos associados e ao seu *staff* técnico e dirigente, no que diz respeito ao MSE, sempre em estreita colaboração com as estruturas locais e regionais do IEF, nomeadamente os CTE's locais e as Delegações Regionais. De notar, que a expansão da intervenção da REAPN no território nacional, permite uma total cobertura do país, exceptuando as Regiões Autónomas.

Em 2003, a REAPN instalou uma sub-página na Internet, com ligação à sua própria página, que tem como principais objectivos, dar conta das realizações deste Protocolo, actualizando todos os eventos, mas também a promoção de interacções entre todos os intervenientes do

MSE e da Economia Social em Portugal. Após a sua instalação definitiva no final de 2003, foi realizado durante o primeiro trimestre do corrente ano a sua actualização e correcção de alguns conteúdos, bem como a sua divulgação junto de parceiros, Entidades Promotoras e ONG's, foi particularmente durante o 2º trimestre de 2004 que este esforço foi realizado, nomeadamente, através da estrutura informativa da REAPN, quer da sede nacional, quer dos Núcleos Distritais. Ao longo do ano 2005 foi igualmente processada toda a informação relativa a este Protocolo. Foram igualmente rentabilizados outros meios e formas de divulgação e informação, nomeadamente, em workshops, seminários e outros eventos promovidos pela REAPN, eventos não necessariamente no âmbito deste Protocolo, mas no decurso de acções inerentes a outros Projectos em curso e em todo o processo de implementação dos novos núcleos distritais.

Outra actividade em destaque, durante o ano 2005 foi a actualização do Directório das Empresas de Inserção, que permitiu imprimir uma nova dinâmica de divulgação, utilização e consulta deste instrumento, que julgámos fundamental para a promoção das Empresas de Inserção em Portugal e das outras Medidas do MSE, tarefa realizada durante o 2º semestre de 2005 em simultâneo com a sua publicação em versão papel. Continuará - embora com alguns condicionalismos que serão explicados num ponto seguinte - no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Economia Social e Terceiro Sector em Portugal, a plataforma de discussão sobre a Economia Social, como espaço privilegiado de actuação do Mercado Social de Emprego, neste sentido, contaremos com este instrumento de trabalho para uma futura utilização em acções de divulgação e informação de eventos e reflexões sobre este Protocolo e de uma forma mais genérica sobre o MSE.

Considerando a REAPN, que a informação é um eixo privilegiado do desenvolvimento de interações entre instituições e grupos de pessoas que trabalham nas áreas da luta contra a pobreza e a exclusão social, este eixo tem sido ao longo do desenvolvimento deste Projecto uma área prioritária de actuação. A REAPN procurou ao longo do 1º semestre do corrente ano, que todos os instrumentos postos à disposição deste Protocolo fossem melhorados e suficientemente divulgados. Para tal a REAPN colocou *on-line* os relatórios referentes às acções que decorreram em 2002 e 2003, nomeadamente os workshops, seminários, conferências e a I Mostra do Mercado Social de Emprego que se realizou em Évora em Setembro de 2003.

No início deste ano 2006 será realizado um esforço de animação da página à medida que forem decorrendo as diversas actualizações quer dos eventos programados, quer – e efectivamente consideramos esta a grande aposta – a actualização do Directório das Empresas de Inserção, versão 2005. Ainda no decorrer deste relatório, será explicado o contexto de divulgação e de tratamento dos dados recolhidos, desta publicação.

Destaca-se ainda no 1º semestre de 2005, a participação da REAPN através do seu Presidente da Direcção e do técnico afecto a este Protocolo, no encontro de reflexão promovido pela CMSE, “ Mercado Social de Emprego”, realizado em 13 de Abril de 2005, no Centro Ismaili em Lisboa. Esta participação, centrou-se em duas comunicações efectuadas em painéis temáticos relativos ao Mercado Social de Emprego e ao seu papel fundamental enquanto instrumento de luta contra a pobreza e a exclusão social.

## **ACÇÃO 2 – Publicação de um Manual Interno de Informação sobre o Mercado Social de Emprego**

O Ano 2005 constituiu um importante marco de consolidação do Mercado Social de Emprego. É relativamente consensual entre todos os envolvidos no MSE, que esta será a época de consolidação e da adequação das diversas medidas em vigor, particularmente, a nível legislativo, trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2004, pela Comissão para o Mercado Social de Emprego com a colaboração de todas as entidades representadas na Comissão e com a qual a REAPN tem apresentado colaboração regular.

Sendo o Mercado Social de Emprego um amplo quadro de soluções de formação profissional e emprego, dirigidas a públicos em situação de maior risco de pobreza e exclusão social, a REAPN procurou prestar uma especial atenção sobre a questão do apoio técnico, que através das suas estruturas locais, desenvolve no apoio e informação ao MSE.

Neste sentido, a REAPN promoveu a criação de um instrumento de apoio à elaboração de candidaturas às diferentes medidas pelo MSE, bem como toda a informação relativa a outras medidas de política social activa de criação de emprego, com especial atenção para a criação do próprio emprego e criação de novas cooperativas (Microcrédito e Prodescoop), como estratégias de combate à pobreza e exclusão social. (**Anexo 3**)

A este nível foi produzido, durante o ano 2005, um documento que serve de base à prestação de toda a informação por parte dos Núcleos para o trabalho específico nesta área. Tal documento é a reunião de um conjunto de informações relativas ao MSE, mas também a outras medidas de apoio à criação de Emprego. Estruturando-se em quatro capítulos, aborda no I capítulo o Mercado Social de Emprego e respectivas medidas em vigor, divulgando em detalhe os objectivos, entidades de enquadramento, apoios prestados e legislação em vigor, abordando ainda os protocolos em vigor entre o IEFP e diversas entidades. O II capítulo debruça-se, sobre o PRODEP – Programa de Promoção de Emprego no Distrito do Porto, o III capítulo aborda as medidas alternativas de concessão de crédito, nomeadamente o

Microcrédito (através da ANDC) e o PRODESCOOP (Inscoop) e finalmente no IV capítulo as medidas de promoção de emprego nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Apesar de ser uma compilação de uma série de informação já existente, constitui um manual de extrema utilidade para consulta, uma vez que se reúne toda esta informação num único documento. Foi basicamente pensado para o trabalho desenvolvido pelas pequenas associações e técnicos que pretendam trabalhar na reinserção de públicos desfavorecidos e particularmente os associados da REAPN no país, não esgotando contudo aqui a sua divulgação, que será providenciada a qualquer instituição e/ou técnico que possua interesse na sua informação.

No decorrer do ano 2006, será desenvolvido trabalho de forma a colocar *on-line* esta publicação através da página da Internet da própria REAPN, como manual a articular com as estruturas locais e com os associados, através da facilitação, compilação e ligação através de *links*, que possam disponibilizar todo este conjunto de informações. Trata-se acima de tudo de tornar esta página um instrumento de trabalho capaz de fornecer informações, o mais abrangentemente possível sobre todas as Políticas Sociais relativas à inserção sócio – profissional de públicos em situação de desfavorecimento, tendo em conta todas aquelas que poderão abarcar as questões mais locais e nacionais e políticas de enquadramento transnacional que possibilitaram o intercâmbio e a partilha de experiências, mais concretamente, para além da recolha a nível nacional e local, através das que já estão publicadas em variados *sites*, nomeadamente, através do IEFPP, ISS IP, INSCOOP, que já se encontram neste manual e conseguir outras fontes de informação e consulta que poderão, contribuir significativamente para estes objectivos, nomeadamente: entidades privadas de solidariedade social, fundações, ONG's de carácter transnacional e com vasta experiência nas áreas da inserção sócio profissional como instrumento de combate à exclusão social e à pobreza, Iniciativas Comunitárias de relevo e com interesse nestas áreas, nomeadamente EQUAL, SÓCRATES e outras, que possa constituir uma Base de Dados relevante para consulta e actualização permanente do site em funcionamento.

Este trabalho foi desenvolvido em estreita colaboração com o Gabinete de Informação da REAPN, responsável por toda a recolha e organização de toda a informação recolhida, de forma a poder ser (re)organizada e articulada entre si, uma vez que praticamente se encontra disponível *on line* ([www.reapn.org](http://www.reapn.org)) nos diversos projectos, protocolos e eventos que a página dispõe.



### **ACÇÃO 3 – Acções de divulgação no âmbito do Ano Internacional do Microcrédito**

A Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) existe para conseguir que as pessoas, que não têm crédito junto da banca, mas que querem desenvolver uma actividade económica para a qual reúnem condições e capacidades pessoais, possam vir a contrair empréstimo para esse fim junto dos bancos.

Uma parte importante dos desempregados e dos desempregados de longa duração, não encontram resposta no Mercado de Trabalho, pelas mais variadas razões: porque não possuem as qualificações exigidas pelas entidades empregadoras, por questões de idade ou porque vivem em regiões de baixo dinamismo económico.

No entanto, muitas destas pessoas possuem saberes-fazeres ou capacidades produtivas que lhes permitiriam criar o seu próprio posto de trabalho ou uma micro - empresa. A condição essencial, pressupõe a existência de uma ideia de negócio, por outro lado muitas das vezes este tipo de actividade já existe informalmente, complementando os recursos financeiros familiares.

Existem uma multiplicidade de programas e subsídios públicos que pretendem fomentar a iniciativa económica destes grupos sociais, no entanto verifica-se uma baixa adesão e eficácia. Para a ANDC, este tipo de Programas exige a capacidade de mobilizar capitais próprios, que dificilmente este tipo de população consegue; muitas das vezes obrigam à frequência de esquemas de formação profissional não adaptados à população – alvo; exigem “à cabeça” a formalização dos negócios, introduzindo custos fiscais e de segurança social, muitas das vezes inoportáveis, no início da actividade. Por outro lado, a morosidade do tempo de resposta e de reembolso do investimento, torna-se, por vezes insuportável.

Para estas pessoas o recurso ao crédito bancário seria a solução, mas a grande maioria não reúne condições de acesso ao crédito, daí a própria existência da ANDC.

A ANDC, foi constituída com base no apoio de parcerias, que constituem os seus próprios pilares. Assim, foi necessário encontrar uma instituição financeira – um Banco – que financie os empréstimos aos beneficiários seleccionados pela ANDC, sendo para o efeito assinado em Protocolo com o Grupo BCP. Outra das parcerias que dá alguma sustentação financeira, são os aforradores solidários, que são as pessoas, nas quais a ANDC se apoia para se cotizarem a fim de financiar a actividade da Associação e ao mesmo tempo servirem de “fundo de garantia” para os empréstimos concedidos.

As parcerias estabelecidas, estendem-se às instituições locais, que por sua vez fazem a “triagem” das pessoas, que se enquadram num perfil que pressupõe o ser detentor de vontade de iniciar um projecto de vida, capaz de superar a sua situação de pobreza e exclusão social. Existe ainda o apoio das congéneres estrangeiras da ANDC, que forneceram o conhecimento e a experiência deste sistema noutros países e as políticas públicas de luta contra a pobreza e a exclusão social, que contribuem quer para o reconhecimento do trabalho da Associação e para o apoio financeiro à sua expansão.

Foi em 1983, a partir da ideia de Muhammad Yunus, professor de Economia numa Universidade do Bangladesh, que nasceu o Grameen Bank, a partir da observação da própria realidade no seu país, o Prof. Yunus implementou um sistema de crédito em pequenas quantias que se tornou um sucesso a nível mundial, e que rapidamente se expandiu para 59 países. Em Portugal a ANDC, introduziu o sistema desde 1998.

A especificidade de cada país, obriga a algumas adaptações, no entanto, o processo de concessão do Microcrédito, começa com a apresentação de um caso à Associação, por parte da instituição que o seleccionou, ou do agente do microcrédito local. A primeira fase, consiste numa entrevista com a pessoa, em que se procura identificar o seu caso e conferir a impossibilidade de acesso ao crédito por via bancária “normal”, de seguida o projecto é analisado e se a Associação considerar viável e capaz de potenciar a inclusão social da pessoa o empréstimo é concedido através do Banco e ao mesmo tempo é nomeado um animador local para acompanhar o início da actividade, período que demora cerca de 6 meses, sendo que o valor máximo concedido é de 5000 €, por um prazo de 3 anos com uma taxa de juro de cerca de 5 % - valor muito abaixo do empréstimo “normal”.

As estatísticas, têm demonstrado que a concessão deste tipo de empréstimos a públicos desfavorecidos, para além de constituírem uma oportunidade de inclusão social, podem ter sucesso e gerar excedentes e até mesmo a criação de outros postos de trabalho para além do micro-empresário, assim tem acontecido noutros países. Trata-se, acima de tudo, da capacidade de desenvolvimento do próprio projecto, para que tal seja possível, é necessário avaliar muito bem quer as capacidades da pessoa, quer a sua seriedade e honestidade – daí o trabalho conjunto com as instituições locais – por outro lado, a cobertura financeira por parte dos “fundos de garantia” e o acompanhamento por parte do animador local, contribuem significativamente para o sucesso do empreendimento.

A ideia do Microcrédito é essencialmente um “apelo” à autonomia e à responsabilização dos beneficiários, bem como um incentivo ao empreendedorismo por parte destes públicos, como solução complementar ao Mercado Social de Emprego. Apesar, da recente implementação do Microcrédito em Portugal, este é um “produto” solidário já com um historial bastante

desenvolvido noutros países, na sequência do desenvolvimento da Economia Solidária nos últimos tempos, principalmente em França e nos países de Leste, onde se têm desenvolvido muitos “produtos financeiros” solidários em grande parte para fazer face à falência dos sistemas bancários normais nestes últimos.

Apesar da relativamente recente implementação em Portugal e de ser suportado por uma pequena estrutura. O Microcrédito constitui um poderoso instrumento de empreendedorismo social e de complementaridade ao Mercado Social de Emprego.

Sabendo que as possibilidades que as IL's e os respectivos técnicos têm de responder a estes novos desafios são variadas – desde o pequeno apoio pontual ao compromisso formalizado. Todas elas são válidas e importantes. No entanto, sabendo também que tal contributo depende não só da disponibilidade concreta dos técnicos em termos de tempo e recursos, mas também do conhecimento e do “à-vontade” que têm relativamente ao conceito do *microcrédito* e ao método (processo) de condução dos respectivos casos.

Esta sessão de formação que se propunha, procurava precisamente responder a algumas das solicitações das IL's que temos contactado: dotar os técnicos de um conhecimento um pouco mais sólido sobre o *microcrédito*, responder às suas dúvidas e receios no que respeita à metodologia da ANDC e despertar os participantes para as potencialidades da utilização do *microcrédito* na região em que se encontram. O programa apontava pois para técnicos e voluntários de instituições locais que desejem trabalhar, conheçam ou tenham ouvido falar do microcrédito e que estejam interessados em desenvolver determinadas competências nesta área.

Desde 2002, que a REAPN, no âmbito deste Protocolo, desenvolve acções e eventos conjuntos com a Associação Nacional do Direito ao Crédito (ANDC). Ao nível da informação, existiu uma colaboração recíproca em variadas realizações e eventos, quer ao nível do intercâmbio de experiências quer ao nível da partilha de informação e recursos disponíveis, mas foi sobretudo ao nível da formação que esta colaboração foi mais estreita. Com efeito, a REAPN promoveu nove acções de formação em 2003 na divulgação e informação ao nível dos quadros técnicos das instituições sobre as potencialidades do Microcrédito como Medida activa de inserção profissional para públicos mais desfavorecidos.

Em 2005, por decisão das Nações Unidas, foi declarada a Carta de Intenções do Ano Internacional do Microcrédito em 2005. Nesta Declaração o Microcrédito foi considerado um instrumento decisivo no combate à pobreza e à exclusão social, possibilitando às populações em desfavorecimento e em situação de pobreza e exclusão social, o acesso a este instrumento fundamental, a própria ANDC declarou no seu programa de trabalho para este ano a intenção

de trabalhar, em conjunto com outras instituições em Portugal, um conjunto de acções de divulgação para o reforço da visibilidade desta Medida em Portugal.

Neste âmbito, a REAPN e a ANDC realizaram uma reunião de trabalho com o objectivo de delinear estratégias comuns de acção, definindo-se e calendarizando as três sessões de informação e sensibilização sobre o Microcrédito em Portugal. Os distritos abrangidos foram: Santarém, Vila Real, Bragança.

A metodologia inicialmente pensada incluía, uma diferenciação na abordagem às instituições, de acordo com as conclusões da reunião de trabalho e com a própria experiência de “terreno” da REAPN e da ANDC.

Assim, em relação a Santarém procurou-se desenvolver contactos com instituições locais de forma a estabelecer metodologias de captação de potenciais beneficiários desta medida, tratava-se pois de realizar um trabalho de procura de perfis adequados entre os públicos que as instituições trabalham, contudo, e, após algumas tentativas, junto das instituições locais, tal metodologia mostrou-se inadequada nesta fase de conhecimento da medida entre os técnicos e dirigentes locais, optando-se pela abordagem mais “clássica” do que é o Microcrédito e qual a sua aplicação.

No caso de Vila Real e Bragança a acção prevista foi a aplicação directa desta metodologia, uma vez que segundo a auscultação às instituições locais indicava claramente uma abordagem mais “primária”, ou seja, a metodologia centrada na divulgação da medida aos técnicos e dirigentes das instituições uma vez que a abordagem no “terreno” é considerada ainda insuficiente e a formação de agentes de divulgação e sensibilização do Microcrédito constitui uma prioridade.

As acções inicialmente previstas para serem desenvolvidas em Setembro, por razões de programação adequada às instituições, foram realizadas nos dias 17 de Novembro nas instalações da Cruz Vermelha de Vila Real e no dia 18 de Novembro no Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, em Santarém. **(Anexo 4)**

### **Objectivos Específicos dos workshops temáticos**

- Percorrer com os participantes as evoluções ao nível das estratégias de luta contra a pobreza; da solução assistencialista à procura de novas interdependências.
- Explorar as potencialidades do Microcrédito, não apenas enquanto instrumento útil de combate à pobreza, mas também enquanto factor de desenvolvimento, no sentido em que se apresenta como uma interpelação das políticas económicas e sociais ao serviço da melhoria do bem-estar das populações mais desfavorecidas.

- Definir critérios sobre o grupo de pessoas, a quem se dirige o Microcrédito, bem como todas as *nuances* e excepções. Análise de exemplos em concreto.
- Definição de etapas e cuidados a ter na instrução de uma candidatura ao Microcrédito, desde o primeiro contacto até à fase das entrevistas.
- Ajudar os participantes a percorrer em cada etapa e em detalhe todas as fases da candidatura, dotando-se os participantes de um conhecimento alargado sobre o processo integral do Microcrédito.
- Promover a participação activa dos públicos desfavorecidos, contribuindo para um processo de empowerment e reforço da sociedade civil.
- Dotar os técnicos e dirigentes participante de mais um instrumento de inserção sócio – profissional complementar às Medidas e Programas do Mercado Social de Emprego.
- Incentivar o empreendedorismo e a auto – estima de públicos desfavorecidos perante o mercado de trabalho e capacitá-los para a sua integração social e profissional via criação do seu próprio posto de trabalho.

### **Metodologia**

Trata-se de uma sessão de informação/sensibilização – de 6 horas e com cerca de 15-20 participantes – onde são aprofundados de forma interactiva alguns conhecimentos específicos sobre o microcrédito e sobre a metodologia da ANDC.

Estes workshops foram desenvolvidos e animados por dois colaboradores da ANDC Dr. Luís Pinto, Economista e Dr.<sup>a</sup> Marta Mucha, socióloga.

### **Perfil dos Participantes**

Registaram-se 32 inscrições, 16 em Vila Real e 16 em Santarém. 14 mulheres e 2 homens em Vila Real e 16 mulheres em Santarém, o que significa uma percentagem muito elevada de público feminino, apenas 6,25 % de homens.

Em relação às funções desempenhadas nas instituições verifica-se desde já a presença de 8 dirigentes (4 em cada sessão), o que significa uma percentagem total de 25 %, sendo que os restantes formandos são 7 directores (as) técnicos (as) e 7 assistentes sociais, ambos com 21,8 %, as outras categorias funções são variadas: sociólogos (4), 1 gestor de recursos humanos, e 4 técnicos estagiários, bem como 1 pessoas licenciada em Psicologia.

Em relação ao tipo de instituição em que os formandos exercem a sua actividade, verifica-se que 11 pessoas trabalham em Centros Sociais e Paroquiais (todos os dirigentes se encontram incluídos neste grupo), que significam 34,4 % dos formandos, seguem-se as Associações de

Desenvolvimento Local, com 6 formandos (18,8 %); e outros tipos de instituições com menor expressão neste grupo: 3 representantes do grupo das Misericórdias, 4 da Cáritas, 3 de Câmaras Municipais, 1 técnico do Centro Distrital da Solidariedade e Segurança Social e outros 4 representantes de ONG's diversas.

## **Conclusões**

Sabemos de antemão, que num ciclo de recessão económica as bolsas de pobreza acentuam-se e agravam os números da exclusão social. Sabemos também, que quando o ciclo económico começa a tomar um sentido inverso, ou seja a recuperar, as estatísticas negras da pobreza e da exclusão social não acompanham proporcionalmente essa mesma direcção. Por cada ciclo económico desfavorável, aumenta a pobreza relativa e absoluta num país, e que quando a economia nacional adquire um dinamismo ascendente, as bolsas de pobreza não acompanham no mesmo crescimento exponencial o crescimento económico, continuam assim a subsistir e agravam a desigualdade social.

O Microcrédito, nascido historicamente num país do chamado Terceiro Mundo, rapidamente prosseguiu a sua expansão para o resto do Mundo e particularmente para os chamados países ricos. A sua eficácia, baseou-se na capacidade de acreditar que mesmo os pobres e excluídos sociais sem possibilidades de recorrerem a oportunidades de crédito da banca, poderiam desenvolver um pequeno negócio e criar o seu próprio posto de trabalho, mediante a atribuição de um pequeno crédito que lhes permitisse empreender essa tarefa.

O Microcrédito, possui assim, a capacidade de fomentar nos cidadãos pobres e excluídos dois instrumentos fundamentais para a sua integração social e económica: a participação nos mecanismos económicos integradores e a participação cidadã.

O Microcrédito, analisado numa escala nacional, ainda não tem a divulgação e a amplitude suficiente para constituir um poderoso mecanismo de integração social das populações excluídas, contudo, encerra em si o potencial de, em conjunto com outras políticas activas de criação de emprego para grupos socialmente desfavorecidos, contribuir integralmente para, através de uma forma inovadora, desenvolver o empreendedorismo e o micro-empresariado em populações com dificuldades de integração sócio – profissional e normalmente excedentes em relação ao mercado de trabalho.

Julgamos ter contribuído, de uma forma empenhada e dinâmica, para a divulgação, informação e sensibilização do Microcrédito em Portugal. Pensamos ter contribuído para que os técnicos e dirigentes das Instituições (e, particularmente aqueles que nos seus postos de trabalho e nas

suas estratégias de integração sócio-profissional de públicos utentes das suas organizações) possam contar com mais um instrumento de integração profissional de públicos em situação de desfavorecimento social e económico. Ainda é cedo para realizarmos a verdadeira avaliação dos impactos do Programa junto das instituições, da ANDC e principalmente junto dos públicos – alvo, contudo, estamos convictos que esta será uma mais-valia real, sobretudo, se tivermos em conta a avaliação prévia realizada após o decorrer das sessões, os técnicos e dirigentes tornaram-se assim, nos principais meios de divulgação e no desenvolvimento do Microcrédito, através da triagem e da identificação clara dos casos onde terá aplicabilidade e serão os principais responsáveis pelo sucesso do Programa.

#### **ACÇÃO 4 – Acção de divulgação do Estudo das Empresas de Inserção e actualização do Directório**

Em estreita articulação com o IEFP, pretende-se o desenvolvimento de uma acção de sensibilização e divulgação da Actualização do Directório das Empresas de Inserção, bem como, da divulgação do Estudo das Empresas de Inserção, tendo em conta as suas diversas componentes cuja informação foi conjuntamente recolhida e solicitada às Entidades Promotoras em conjunto com a informação de actualização do Directório.

Para além da divulgação de um primeiro *draft*, do material recolhido e tratado, será acrescentado uma análise da Avaliação do impacto da Medida nas Entidades Promotoras e as suas repercussões ao nível da inserção social e da sua viabilidade, assim como o seu impacto junto das populações directamente abrangidas: os trabalhadores em exercício e trabalhadores reinseridos no mercado de trabalho após a “passagem” pela Medida.

Pretende-se envolver todos os parceiros, contando desde já com a adesão do próprio IEFP, através das suas estruturas, nacionais, regionais e locais, para além do Grupo de Trabalho sobre Economia Social e Terceiro Sector em Portugal e a Comissão para o Mercado Social de Emprego.

A realização deste evento por si só, não faria sentido sem a realização em paralelo de uma reunião mais alargada, de forma a facilitar e a promover o encontro e a discussão aberta e participada de todos os agentes envolvidos na Medida ao longo do tempo, assim serão convidados a comentar e a participar todas as Entidades Promotoras, as Empresas de Inserção e seus representantes: dirigentes, gestores, equipas de enquadramento, trabalhadores e todos os parceiros envolvidos no Mercado Social de Emprego.

Embora a publicação do Directório e o tratamento de toda a informação recolhida ao nível das Entidades Promotoras e dos trabalhadores tenha sido realizada ao longo do ano 2005 este evento de divulgação só foi possível realizar em Janeiro de 2006 e teve estreita ligação com a realização da Conferência Internacional sobre Economia Social e Terceiro Sector, de forma a tornar o evento mais visível e dar o devido enquadramento ao seu conteúdo. Os desenvolvimentos dos trabalhos são abordados na rubrica Investigação.

## **ACÇÃO 5 – Conferência Internacional sobre Economia Social e Terceiro Sector.**

A organização de uma Conferência Internacional sobre Economia Social e Terceiro Sector, será a realização que pretende exprimir a continuidade quer do Seminário sobre Marketing Social realizado em Lisboa em 2002 e da Mesa Redonda sobre Economia Social em Portugal, realizada em 2004. A REAPN reitera a o interesse na organização deste evento, que já tinha sido programado em 2005 e por impossibilidade de agenda de alguns dos conferencistas convidados, só será possível a sua realização em Janeiro de 2006.

Esta continuidade pretende sobretudo colocar questões pertinentes neste âmbito, surgidas no decorrer da preparação de vários eventos deste Protocolo, desde os workshops onde se procurou debater as várias questões ligadas ao Mercado Social de Emprego, até às acções de Formação, levadas a cabo pela REAPN em várias regiões do país. Confrontámo-nos com a necessidade de dar resposta a questões que os técnicos e dirigentes expunham permanentemente: Qual o futuro do Mercado Social de Emprego em Portugal? Numa situação de ciclo económico descendente, e com o aparecimento de novas formas de pobreza e exclusão social, qual deverá ser a resposta da ONG's? Como resolver os sucessivos problemas de financiamento que se colocam todos os anos às Organizações que prestam serviço de Solidariedade Social? Como rentabilizar os recursos escassos das organizações? Como melhorar a "imagem" das IPSS's e ONG's, na luta contra a pobreza e exclusão social? Qual o futuro do Terceiro Sector?

Os principais objectivos desta Conferência Internacional serão, entre outros, a constituição de uma plataforma de debate e reflexão, que em jeito de balanço do passado, e simultaneamente numa tentativa de perspectivar o futuro, pretenda avaliar o papel do chamado a Economia Social e o Terceiro Sector, no campo da luta contra a pobreza, num cenário de globalização e de novas realidades demográficas, sociais e ambientais.

Por outro lado, esta discussão permitirá lançar pistas, para uma questão transversal da Economia Social e central do ponto de vista deste Protocolo, o debate sobre o Mercado Social de Emprego em Portugal, que é por excelência um espaço de promoção de inclusão, espaço de mobilização de vários actores da sociedade civil, assim tentar-se-á mobilizar para esta tarefa, todo o esforço das instituições implicadas, que passa necessariamente pela mobilização de outros sectores da Economia Social, neste capítulo a dinamização do movimento associativo, e do movimento cooperativo e de outros sectores ocupam um papel central, na realização deste evento.

Em conjunto com a organização desta conferência será apresentado um estudo sobre a medida Empresas de Inserção, intitulado: "*Pobreza, exclusão, desemprego e empresas de inserção em Portugal*", já referido no ponto 4.

Neste sentido foram desenvolvidos vários contactos de forma a poder definir uma calendarização adequada para a organização e também para os próprios conferencistas, sendo fixado o dia 26 de Janeiro de 2006.



Na altura da publicação deste relatório existem contactos com dois conferencistas: O Professor Adalbert Evers, da Universidade de Giessen, autor de diversas obras sobre o Terceiro Sector e colaborador do Projecto EMES que consiste numa rede de pesquisa e investigação universitárias, ao nível europeu, cujo objectivo principal é a construção de um “corpo teórico” e conhecimento empírico, consubstanciado em metodologias pluridisciplinares em torno das questões do Terceiro Sector e o Professor Jordi Estivill, colaborador da OIT e do Centro de Estudos Sociais de Barcelona.

Conforme já foi referenciado esta conferência decorrerá em paralelo com a apresentação quer do Directório das Empresas de Inserção em Portugal – 2005, quer com a apresentação do estudo referido.

## **1.2 - Formação**

### **ACÇÃO 6 – Acção de Formação em Gestão de Organizações Não Lucrativas**

Desde 2002, que a temática da Gestão de Organizações Não Lucrativas e do Terceiro Sector constitui uma linha de orientação neste Protocolo, com efeito, foram já desenvolvidas em anos anteriores acções de formação distribuídas geograficamente por todo o país e de curta duração (entre 12 e 18 horas) com o objectivo principal de orientar os técnicos e dirigentes das ONG's, para as problemáticas relacionadas com os novos modelos de gestão dos recursos nas organizações de economia social. Tendo em conta os quadros de organização destas instituições, estas acções de formação visaram igualmente a promoção e a qualificação das organizações, a qualidade e inovação dos serviços prestados, para além da problemática da sua auto-sustentação.

A análise dos últimos três anos em termos quantitativos resultou invariavelmente na constatação do insuficiente número de horas aplicadas a este tipo de acções de formação, nomeadamente, ao nível das questões mais técnicas e operativas: a gestão da contabilidade, dos recursos humanos, da fiscalidade e outras temáticas sugeridas e constatadas pelos formandos e formadores com necessidades prementes ao nível da gestão destas instituições.

Assim, a REAPN apostou na promoção e no desenvolvimento de uma Acção de Formação mais longa duração que permitisse aprofundar alguns conteúdos temáticos como insuficientes nas acções desenvolvidas e por outro lado, mais operativa e destinada a colmatar as lacunas apontadas nas acções desenvolvidas entre 2002 e 2004. O planeamento desta Acção foi realizado em estreita colaboração com a Escola Superior de Gestão de Santarém, entidade

que promove uma Pós-Graduação em Economia Social e com a qual a REAPN possui igualmente um Protocolo de colaboração, tendo em conta o seu planeamento para 4 Eixos fundamentais, incluindo os 3 que foram desenvolvidos em 2004, mas de uma forma mais profunda e tecnicamente mais apurada e a introdução de um módulo de Fiscalidade das ONG's. Num total aproximado de 150 horas, de forma a dar respostas adequadas e permitir aos formandos a aquisição das competências necessárias e adequadas aos objectivos propostos: a gestão quotidiana e transversal das suas instituições.

### **Contexto**

O início da acção de formação teve lugar no final de Setembro, prolongando-se até Janeiro de 2006. No que respeita à divulgação, a REAPN pretendeu que esta acção de formação fosse o mais abrangente possível, do ponto de vista geográfico abrangendo formandos de toda a região Centro e da região de Lisboa e Vale do Tejo. Assim, foi dado particular ênfase à sua divulgação nos distritos de Aveiro, Coimbra, Leiria, Santarém, Portalegre, Castelo Branco, Guarda, Lisboa e Setúbal, que contabilizam metade dos distritos nacionais. Tal divulgação deve-se ao carácter de longa duração da acção de formação e à disponibilidade dos técnicos das instituições para a sua frequência, uma vez que esta decorreu em horário laboral às sextas – feira e sábados da parte de manhã, apontava-se para um número médio de formandos na ordem dos 20 a 25 elementos. **(Anexo 5)**

Outra das características desta acção de formação foi a possibilidade de aceder a módulos específicos sem ser necessário a obrigatoriedade de frequência do total dos módulos, ou seja, esta acção de formação, permitindo aos formandos a frequência de um módulo onde possuam particulares necessidades de aprendizagem, ou em mais do que um módulo, sendo que a obrigatoriedade de frequência de módulos é totalmente livre e de acordo com as necessidades de instituições e dos técnicos.

Outra das possibilidades foi o desdobramento do módulo D em duas versões, isto porque em grande parte os conhecimentos de instrumentos informáticos implicam que esse seja um requisito fundamental por parte dos formandos em relação a este módulo. No entanto, abriu-se uma possibilidade a formandos em fase de iniciação a este tipo de instrumentos, organizando uma versão mais elementar destas matérias, proporcionada a sua frequência a outro tipo de públicos com menores competências.

Outro tipo de condicionalismo relativa a esta acção de formação foi a localização da acção de formação, com efeito, a realização desta acção em Santarém foi condicionada por dois tipos de factores. Em primeiro lugar, pela disponibilidade da Escola Superior de Gestão em mobilizar o seu corpo docente para esta acção e a facilidade de utilização dos meios informáticos da própria escola. Em segundo lugar, a própria localização geográfica do distrito possibilitou a

abrangência desta acção à zona Centro e Centro Sul do país, bem como ao interior, possibilitando a acessibilidade a todos os técnicos e dirigentes destas instituições, incluindo alguns dos novos núcleos da Reapn, a saber: Portalegre, Leiria, Guarda, Castelo Branco e Santarém.

O número de inscrições para o Eixo A da acção de formação resultou insuficiente, apenas se registaram 4 inscrições para este Eixo. Assim e de acordo com o corpo de formadores e com a entidade que cedeu as instalações (Santa Casa da Misericórdia de Santarém) a REAPN decidiu suspender este Eixo (36 horas) remetendo para uma melhor oportunidade a sua realização. Assim, a acção de formação começou efectivamente no dia 22 de Outubro, com o início do Eixo B, decorrendo até final genericamente nas datas previstas, salvo algumas alterações pontuais, de acordo com a disponibilidade dos formadores e dos formandos.

### **Objectivos:**

- Incorporar os objectivos e a filosofia da Economia Social;
- Identificar novos modelos de gestão dos recursos de organizações da Economia Social através do contacto com experiências de boas práticas;
- Desenvolver metodologias de detecção de necessidades não satisfeitas pelo mercado;
- Promover a qualificação das organizações da Economia Social, tendo em vista a qualidade e a inovação dos serviços prestados e a sua sustentação;
- Desenvolver acções que promovam o enriquecimento e a valorização do trabalho social e de utilidade colectiva contribuindo para a melhoria do estatuto, enquadramento e estabilidade dos profissionais das organizações de Economia Social.

### **Organização e Calendarização**

Datas: de 22 de Outubro de 2005 a 28 de Janeiro de 2006

Horários: 09:30 h às 12,30 h e das 14:00 h às 17:00 h (6<sup>as</sup> feiras)  
09:00 h às 13:00 h (Sábados)

Destinatários:

Profissionais e voluntários a exercerem actividade na área da Gestão de Organizações Sem Fins Lucrativos de Acção Social, Licenciados em Ciências Sociais.

Critérios de selecção:

Os interessados apresentaram a sua candidatura através do envio de *Curriculum Vitae* e de um documento de apresentação dos motivos que fundamentam o interesse, na frequência da acção de formação.

**Programa da Formação:**

MÓDULOS		HORAS
	<b>EIXO A</b>	
	<b>ECONOMIA SOCIAL E TERCEIRO SECTOR</b>	
1	Enquadramento da Economia Social	16
1.1	Conceito de Terceiro Sector	
1.2	Conceito de Economia Social	
1.3	Redes, capital social e coesão social	
1.4	Empreendedorismo social: criação valor, inovação e oportunidade	
1.5	Economia Social em Portugal	
1.6	Economia Social na Europa	
2	Problemas Sociais Contemporâneos	20
2,1	A globalização	3
2,2	Desenvolvimento e Subdesenvolvimento	3
2,3	O Envelhecimento da População	3
2,4	A crise do Estado Providência	3
2,5	Os problemas Ambientais	4
2,6	A Responsabilidade Social das Empresas	4
	<b>TOTAL HORAS EIXO A</b>	<b>36</b>
	<b>EIXO B</b>	
	<b>ESTRUTURAS SOCIAIS PORTUGUESAS</b>	
3	Estruturas Sociais Portuguesas	14
3,1	Evolução demográfica	2
3,2	Movimentos migratórios	2
3,3	Desenvolvimento social (1960/2000)	4
3,4	Pobreza e exclusão social	3
3,5	Desenvolvimento, território, ambiente, empresas e organizações	3
	<b>TOTAL HORAS EIXO B</b>	<b>14</b>
	<b>EIXO C</b>	
	<b>POLÍTICAS PARA O TERCEIRO SECTOR</b>	
4	Políticas Europeias para o Terceiro Sector	20
5	Políticas Nacionais para o Terceiro Sector	6
6	Política Fiscal para o Terceiro Sector	6
6,1	Política de Mecenato	4
	<b>TOTAL DE HORAS PARA O EIXO C</b>	<b>20</b>
	<b>EIXO D</b>	
	<b>GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SECTOR</b>	
	<b>Básicos</b>	
	Planos de Contabilidade das Organizações do Terceiro Sector	20
7	POC das ISSS (POCISSS)	10
8	Planeamento de Projectos ( <i>desejável o Recurso a Microsoft Project</i> )	10
	<b>Analíticos</b>	
9	Análise Financeira	20
10	Avaliação de Projectos de Investimento	6
11	Soluções em TIC para o Terceiro Sector	10
		4
	<b>EIXO D- APLICACIONAIS</b>	
	<b>Aplicacionais</b>	
		40

12	Gestão de Recursos Humanos nas Organizações do Terceiro Sector	6
13	Liderança e Motivação	4
14	Gestão Financeira e Fontes de Financiamento	6
15	Gestão de Projectos e Orçamentação	6
16	Marketing das Organizações do Terceiro Sector	4
17	Gestão Estratégica das Organizações do Terceiro Sector	14

**TOTAL DE HORAS PARA O EIXO D 80**

**TOTAL (A+B+C+D) 150**

**Calendarização:**

**Outubro:**

Dias	30 Set	1	7	8	14	15	21	22	28	29
MÓDULO	1	1	1	2	2	2	2	3	3	3
Nº horas	6	4	6	4	6	4	6	4	6	4

Nº de Dias: 10 Nº de Horas: 50

**Novembro**

Dias	4	5	11	12	18	19	25	26
MÓDULO	4	5	5/6	6	7	7	8	8
Nº horas	6	4	6	4	6	4	6	4

Nº de Dias: 8 Nº de Horas: 40

**Dezembro**

Dias	2	3	9	10
MÓDULO	9	10	10	11
Nº horas	6	4	6	4

Nº de Dias: 4 Nº de Horas: 20

**Janeiro**

Dias	6	7	13	14	20	21	27	28
MÓDULO	12	13	14	15	15/16	17	17	17
Nº horas	6	4	6	4	6	4	6	4

Nº de dias: 8 Nº de Horas 40

### **Metodologia de Avaliação**

A avaliação desta formação será realizada segundo três instrumentos principais:

1. Análise das folhas de Assiduidade.
2. Análise dos resultados de um questionário de avaliação, distribuído aos Formandos, por cada Eixo da acção.
3. Acompanhamento de um técnico da REAPN.

Para além destes três instrumentos principais de avaliação, pretendia-se que a acção de formação decorresse centrada na experiência dos participantes, nomeadamente da sua capacidade para interagir e questionar as suas práticas e conhecimentos sobre o Sector, face aos desafios de (re) organização que se avizinham.

Uma vez que a acção de formação só terminará em Janeiro de 2006, a avaliação será publicada no relatório de actividades que será elaborado em Julho de 2006.

### **ACÇÃO 7 – Acção de Formação/Sensibilização em Marketing Aplicado às Empresas de Inserção**

Em grande parte relacionado com as actividades de investigação desenvolvidas durante o último semestre de 2004 e o primeiro de 2005, foram realizadas 3 acções de formação e sensibilização para as questões do Marketing Aplicado às Organizações sem Fins Lucrativos de Acção Social (OSFLAS). Estas acções de formação, com a duração de 6 horas cada, foram planeadas de forma a terem uma distribuição geográfica por três distritos do país a saber: Viseu (5 de Julho); Setúbal (21 de Outubro) e Leiria (28 de Outubro) (**Anexo 6**).

Inicialmente estariam planeadas para gestores de Empresas de Inserção de forma a desenvolver competências na área do Marketing aplicado para este tipo de empresas, no entanto, e por indicação dos próprios núcleos distritais da REAPN, foram alargadas a outro tipo de organizações, igualmente com interesses no desenvolvimento de acções deste tipo.

O objectivo fundamental era a divulgação e informação sobre as potencialidades das técnicas de marketing aplicadas, de forma a ajudar os gestores das OSFLAS a desenvolver estratégias de implementação dos produtos e serviços oferecidos.

Sendo este um tema de todo o interesse para as OSFLAS, e tendo em conta a cada vez maior responsabilidade de intervenção destas organizações nas áreas do Emprego, Família, Saúde e Imigração, Responsabilidade Ambiental e Empresarial, Cooperação e Desenvolvimento Local,

sendo os recursos disponibilizados através de vários tipos de financiamentos escassos, colocam os gestores destas organizações numa situação do que poderíamos chamar de “gestão da escassez”.

Pretende-se sobretudo sensibilizar para as campanhas de Marketing desenvolvidas pelas ONG's tendo em conta que as mensagens cheguem às populações, não desperdiçar recursos, sendo absolutamente imperioso que se percebam as motivações e as atitudes dos públicos, aplicando soluções pragmáticas, marcada pelas boas ideias, sem preconceitos, demonstrando uma abertura ao erro e à sua análise exaustiva, de forma a melhorar a *performance* e a auto-responsabilização.

### **Objectivos**

- Situar o conceito de Marketing e a sua aplicabilidade às Organizações Sem Fins Lucrativos de Acção Social (OSFLAS).
- Analisar as potencialidades e os limites das estratégias de Marketing aplicado às OSFLAS.
- Analisar e reflectir sobre as questões relacionadas com o Financiamento das instituições.

### **Organização e calendarização**

#### Metodologia de Formação

*Métodos afirmativos:* centrados na transmissão de saberes do formador ao formando (exposição, exercícios e trabalhos práticos, entre outros).

*Métodos activos:* visam o envolvimento activo (cognitivo e emocional) dos formandos no processo de aprendizagem (*brainstorming*, reflexão partilhada, trabalhos de grupo e prática de competências).

Público-Alvo: Profissionais e voluntários a exercerem actividade na área da Gestão de Organizações Sem Fins Lucrativos de Acção Social.

Critérios de Selecção: Condição perante a associação à REAPN | Distrito de exercício de actividade | Número de ordem de recepção da candidatura | Número de candidaturas por instituição.

Horários e Locais: Viseu, 5 de Julho 2005 – Universidade Católica Portuguesa  
Setúbal, 21 de Outubro – Delegação Regional do IPJ

Leiria, 28 de Outubro – Escola Superior de Educação de Leiria

Todas as sessões decorreram entre as 9.30 h e as 12.30 h  
14.00 h e as 17.00 h

### **Perfil dos formandos**

Esta acção de formação decorreu em 3 distritos – Viseu, Setúbal e Leiria - conforme acima indicado. O número de inscritos totalizou 46, sendo 12 em Viseu (26%), 16 em Setúbal (34,8%) e 18 em Leiria (39,2%). No que diz respeito à sua distribuição por sexo registou-se a inscrição de apenas 10 homens (21,7%) e 36 mulheres (78,3%).

A média de idades dos grupos participantes foi de 36 anos, sendo que os intervalos entre os 30-34 (14 formandos-30,4%) e os 25-29 (12 formandos – 26%) foram os mais representados, de notar que estiveram presentes nas sessões 6 formandos cuja idade ultrapassa os 45 anos (13%).

Em relação às habilitações académicas, 31 dos formandos possuem Licenciatura, 6 o grau de Bacharelato, 3 o Mestrado e os restantes 6 possuem uma habilitação académica com um grau inferior ao bacharelato. Dentro das pessoas que possuem o grau de licenciatura, destacam-se o grupo do Serviço Social, com 10 elementos (21,7%).

Os cargos/funções ocupadas nas respectivas instituições, apresentam-nos uma especial incidência nas profissões relacionadas com a Direcção Técnica das instituições, 18 dos formandos declaram exercer esse tipo de cargo na instituição, o que significa cerca de 39%. 10 formandos (21,7%) ocupam cargos nas direcções das instituições e 6 formandos (cerca de 13%) têm responsabilidades directas na gestão financeira, embora apenas ao nível de cargos administrativos.

Em relação às instituições representadas, destacam-se claramente as associações de desenvolvimento local, com 21 elementos (43,5%), seguidas dos Centros Sociais, com várias designações (Centro Social e Paroquial, Centro de Bem Estar Social e outros) com 11 elementos (23,9%); o terceiro grupo mais representado são as cooperativas, com 5 representantes (10,8% dos formandos), os restantes elementos são oriundos de instituições diversas, sendo um grupo que soma 21,8% do total de formandos e que engloba instituições muito diversas: Caritas Diocesanas, Santas Casas da Misericórdia, estabelecimentos de ensino superior e fundações.

Em relação à distribuição geográfica dos formandos, regista-se como é obvio, em cada uma das sessões uma concentração em torno do distrito em que foi realizada, registando-se apenas



2 formandos na sessão realizada em Setúbal, que são oriundos de instituições do distrito de Lisboa. Na sessão realizada em Viseu, registaram-se 3 desistências após inscrição prévia.

### **Resultados da análise dos questionários**

Num grupo de formandos constituído por 46 pessoas, foram recebidos a totalidade dos questionários. Sendo as sessões de formação análogas em cada um dos três distritos em que se realizaram e o tipo de formandos apresentando um perfil semelhante, procedeu-se a uma análise conjunta dos questionários, não realizando qualquer tipo de distinção geográfica.

#### **(Anexo 7)**

Assim, na análise da **questão 1.1.** pretende-se que os formandos avaliem o **Programa da Acção de Formação**, todos os itens foram considerados maioritariamente nos escalões Bom e Muito Bom, no entanto pontificam algumas referências ao nível do Suficiente, **em relação a horários, materiais fornecidos e nível do cumprimento do plano**, de destacar a questão dos materiais que recebeu cerca de 23,9 % de respostas a este nível, e a questão dos horários que registou 17,4% a este nível.

Em relação aos outros itens que foram avaliados: **conteúdos, metodologia e equipamentos** todas as respostas se situaram em Bom ou Muito Bom, o que demonstra o interesse despertado nos formandos pelas temáticas debatidas, sendo os valores Suficiente e Insuficiente meramente residuais.

**O funcionamento da Acção de Formação (Questão 1.2)**, foi igualmente avaliado de uma forma positiva. Se analisarmos os diversos itens merece destaque o que se refere ao: **Domínio do formador relativamente às temáticas tratadas** (67,4% Muito Bom), ainda em relação aos itens mais directamente ligados à prestação do formador no decorrer das sessões, merece igualmente destaque: **a forma como animou a sessão** (54,3% Muito Bom).

Em relação aos itens: **A qualidade das intervenções dos participantes, Nível de envolvimento dos participantes e qualidade de trocas de informação e de experiências inter-institucionais**, onde se pretende que os formandos avaliem os seus próprios níveis de envolvimento e de participação com a Formação, os resultados não são tão positivos, incluindo algumas referências significativas ao nível do Suficiente e mesmo Insuficiente, embora neste ultimo item com muito poucas referências.

**Na Questão nº 2** pedia-se aos formandos que emitissem uma opinião acerca das expectativas desta formação, as respostas foram, em geral bastante positivas, realçando o facto de contribuírem significativamente para aquisição de conhecimentos e principalmente

para a clarificação de conceitos acerca do Marketing aplicado às Organizações Não Lucrativas (32% de respostas). Por sua vez, as respostas consideradas como não afirmativas, contêm considerações que poderemos afirmar como neutras ou não totalmente positivas (30% de respostas), que deixam transparecer mais uma vez a necessidade de mais apresentação de “casos práticos” e com “instrumentos de aplicabilidade mais directa à realidade”, o que mais uma vez se pode ligar à quase impossibilidade de cumprimento do plano traçado para esta formação, relativamente ao volume de temáticas bastante extenso em tão poucas horas de formação.

Estas últimas notas em relação à Acção de Formação podem ser analisadas, numa outra perspectiva, através da Questão nº 3: **Em relação à estrutura global desta formação, considera que o seu planeamento resultou positivamente?**

Todas as respostas resultaram positivas, apesar de só 69,5% justificar a resposta, os que justificam destacam apenas que os objectivos de uma forma geral foram alcançados, contribuindo significativamente para a importância da implementação das estratégias de marketing no seu próprio trabalho nas instituições.

No que se refere a falhas e dificuldades no decorrer da formação, era o que se pedia para avaliar na **Questão nº 4**, para além da justificação em caso de resposta positiva. O resultado foi: 41,3% dos formandos consideraram não haver falhas/dificuldades nesta acção de formação, 10 não sabem ou não respondem (21,7%), as respostas que consideram ter havido falhas/dificuldades (36,9%) referem que estas foram ao nível dos tempos programados para os conteúdos, considerando que 6 horas são manifestamente insuficientes para este tipo de acção de formação, existem também, embora com um carácter residual, uma referência à divulgação da acção de formação e acerca dos conteúdos programados, com alguma falta de contextos de carácter mais “prático”.

Na **Questão nº 5** foi pedida uma avaliação dos itens mais específicos do funcionamento das sessões de formação, numa escala de 1 a 5, em que 1 é o menos cotado e 5 representa o valor mais elevado.

Se considerarmos uma “leitura” na horizontal, ou seja analisando cada item e os valores registados, pode-se considerar que os **meios técnico pedagógicos** foram os mais elevados, situando-se 60% nos valores 4 e 5, o mesmo se passa no **apoio do Secretariado**, nos dois itens que qualificavam este serviço, os números apontam para cerca de 70%, concentrados nos valores 4 e 5. Os itens relativos ao **número de horas do módulo, calendarização e distribuição do horário**, foram avaliados de uma forma mais distribuída na escala de valores, entre os níveis 1 e 5, com particular destaque para o número de horas, em que o valor 1 atinge os 17,4%, sendo que neste item os valores

acumulados entre o 1 e o 3 atingem quase os 60%, o que significa que este item é particularmente avaliado negativamente. No que se refere aos itens que pretendiam avaliar o local da realização deste evento, aparece alguma concentração de opiniões com valores a oscilarem entre os níveis 4 e 5, com algumas referências residuais (todas menos de 10%) ao valor 3.

Foram igualmente pedidas aos formandos sugestões sobre como esta formação **poderia ser eventualmente melhorada (Questão 6)**. Sendo relativamente elevada o número de não respostas (34,9%) as sugestões apresentadas referem a necessidade de mais horas de formação para o volume de temáticas (39,1%) e de componentes mais práticas (13%), citando exemplos de instituições e de situações “reais”, como exemplos de aplicação quotidiana.

No quadro de resposta múltipla que serviu para formular a **Questão 7**, pedia-se aos formandos que avaliassem as atitudes e práticas que pensam ter desenvolvido/adquirido durante a formação, sendo que a opção de resposta era múltipla e cada exemplo de atitude ou de prática foi considerada uma variável independente, registando-se o número de vezes (e a sua percentagem) que foi assinalada.

Os itens mais assinalados foram:

- Melhor capacidade de intervir na instituição onde trabalha. (67,4%)
- Reconhecimento da necessidade de ter acesso a mais fontes de informação. (60,8%)
- Melhor capacidade de trabalhar em equipa. (52,2%)
- Reconhecimento da necessidade de efectuar formação (50%)

Os formandos não reconheceram, ou pouco reconheceram como atitude ou prática que possam ter adquirido ou desenvolvido, no decorrer da formação:

- Maior conhecimento dos problemas da pobreza e da exclusão social. (15,2%)
- Conhecimento do trabalho desenvolvido em instituições congéneres (23,9%)
- Reconhecimento das potencialidades do trabalho em parceria. (36,9%)
- Necessidade de tempo/espço para reflectir sobre as práticas de intervenção social. (43,4%)

Os formandos consideram que adquiriram mais capacidade de carácter informativo e de reflexão, para além da definição e clarificação de conceitos, do que capacidades de intervenção junto das instituições e dos utentes, reforçando a ideia de que as componentes

mais práticas das temáticas estiveram de alguma forma ausentes nesta Acção de Formação.

Por outro lado quando confrontados com a pergunta: “**De que forma os conhecimentos adquiridos nesta Acção de Formação poderão ser aplicados na sua prática profissional?**” (**Questão 8**) os formandos referiram três áreas principais de conhecimentos adquiridos e aplicados no “terreno”:

- Melhor conhecimento teórico-prático das potencialidades do marketing aplicado, para além da clarificação de conceitos.
- No desenvolvimento de projectos e elaboração de Projectos nas instituições.
- Na aplicabilidade do conceito no trabalho quotidiano na Instituição.

Tendo a REAPN como um dos vectores de intervenção e de actuação as Questões da Formação, era pertinente a colocação neste questionário de uma pergunta (**Questão nº 9**), em que se coloca sugestões /comentários para futuras acções de formações.

Das respostas formuladas surgem com destaque as sugestões do reforço da componente prática destas temáticas, com destaque para as acções que visem a Gestão de Recursos Humanos nas instituições e Marketing Social e crescimento sustentado das IPSS's.

### **Considerações finais**

Na sequência das acções de formação promovidas pela REAPN em anos anteriores, procurou-se no decorrer do ano 2005 dar continuidade a acções que pudessem contribuir para a resolução de problemas que se levantam aos técnicos e dirigentes no quadro da gestão das suas organizações. A intenção é a capacitação dos técnicos e dirigentes de ONG's de instrumentos que possam efectivamente capacitar as organizações na melhoria do seu desempenho, quer nos serviços que prestam quer na gestão dos recursos que dispõem.

Em relação aos objectivos específicos destas acções de formação pretende-se que os formandos desenvolvam e aprofundem conhecimentos sobre o marketing aplicado às Organizações sem Fins Lucrativos de Acção Social, analisando as suas potencialidades e proporcionando horizontes de relacionamento com técnicas inovadoras de gestão.

A selecção dos formandos, abrangeu os Distritos de Viseu, Setúbal e Leiria, núcleos da REAPN onde ainda não se tinha efectuado nenhuma acção no âmbito do Protocolo de Cooperação com o IEFPP. O convite dirigido a técnicos que trabalham em acção social tornou-se extensivo a dirigentes dessas mesmas organizações.

Julgámos necessário, não por termos realizado qualquer diagnóstico de necessidades, mas por constatação resultante de iniciativas anteriores, que os dirigentes são igualmente confrontados, com os desafios de Gestão que frequentemente se lhes deparam no exercício de funções que lhes são atribuídas. Neste sentido, julgamos ter conseguido parcialmente este desafio de colocar os dirigentes em formação, tendo uma parte importante dos formandos, cerca de 1/5, se disponibilizado para esta acção.

A forma como o formador animou as sessões, bem como o domínio das temáticas tratadas revelou-se bastante positiva, sendo um dos factores que mais contribuiu para a dinamização da acção.

No que respeita, à participação dos formandos, resultou relativamente animada e reveladora do interesse e do envolvimento destes. Outro factor que julgamos de interesse neste contexto é o envolvimento dos formandos nas áreas directamente ligadas à Gestão das organizações, resultado da preocupação das organizações em apostar na qualificação dos seus quadros, o que revela preocupação com os desafios que se avizinham, nomeadamente a reavaliação e gestão de projectos num quadro de redistribuição e redimensionamento de Fundos Comunitários a partir de 2007.

Julgamos ainda importante deixar três notas em relação à Acção de Formação em si: a assiduidade dos formandos foi positiva, sendo os níveis de participação por sessão conseguidos (em média registou-se 15 formandos por cada uma). O programa que resultou bastante extenso para o número de horas previstas, e o bom desempenho de toda a parte relacionada com a logística e funcionamento em si nas três sessões de formação.

Apesar de a estrutura global da Acção de Formação ter resultado muito positivamente e de ter vindo ao encontro das expectativas dos participantes, julgamos que a apresentação de um maior número de “casos práticos”, ou seja uma maior adequação de conteúdos de carácter mais teórico a realidades de instituições, resultaria mais no esclarecimento e na clarificação dos conceitos. Esta questão tem contudo uma estreita ligação com o número de horas empregues neste tipo de acção específico e relativamente novo, na área da formação para a intervenção social, não sendo de fácil resolução sem o recurso a mais horas de investimento.

Mais uma vez, será de repensar toda a programação de futuras acções de formação neste contexto, nomeadamente ao nível do número de horas de formação, as temáticas abrangidas exigem o alargamento do tempo a dedicar a estas temáticas.

Ficou, contudo, patente a preocupação dos formandos na aquisição de conhecimentos e de competências que lhes proporcionem componentes práticas que resultem no seu trabalho quotidiano nas Instituições, e sobretudo a preocupação com a implementação - e consequentemente da Gestão - de Projectos futuros, que serão vitais para o desenvolvimento destas organizações e consequentemente a necessidade de recurso a novos instrumentos de trabalho, nos quais o Marketing se inscreve.

A aposta das Instituições perante os novos desafios da intervenção social e a gestão dos recursos financeiros, logísticos e humanos que implicarão, coloca os técnicos e dirigentes perante o desafio de pensar os problemas sociais de uma forma multidimensional, onde a partilha de informação e de experiências será uma pedra basilar na gestão das suas organizações.

### **1.3 - Investigação**

#### **ACÇÃO 8 – Estudo das Empresas de Inserção**

No que concerne à investigação - trata-se de um dos eixos estruturantes de funcionamento da própria REAPN - a promoção de estudos e investigações em áreas de pesquisa, directa ou indirectamente, relacionadas com as problemáticas da pobreza e da exclusão social.

Foi neste contexto que em 2005 foi iniciado um trabalho de investigação que teve por base a informação recolhida no Anuário das Empresas de Inserção, e que pretende avaliar o impacto da Medida ao nível nacional analisando transversalmente todos os implicados: beneficiários, técnicos e entidades Promotoras, avaliando as suas componentes sociais e políticas, centrando-se sobretudo a partir de algumas ópticas de abordagem, nomeadamente: as principais dificuldades das Empresas de Inserção, nas suas várias fases; o processo de inserção sócio – profissional dos beneficiários; as potencialidades e fragilidades da Medida.

Não sendo um trabalho inédito e original, pretende sobretudo ser um complemento válido ao Relatório elaborado pela Comissão para o Mercado Social de Emprego, de avaliação e diagnóstico da Medida para o período compreendido entre os anos de 1998 e 2000. O nosso contributo será a abrangência dos anos seguintes (2001-2005).

#### **A - Anuário das Empresas de Inserção**

O Directório surge como uma publicação inédita e resultante de um trabalho exaustivo de recolha e sistematização de informação a nível nacional. A pertinência deste tipo de publicação, resultou no interesse directamente manifestado pela Comissão Para o Mercado

Social de Emprego (CMSE) na actualização deste Directório até ao final de 2004 e início de 2005, ou seja, contando com mais um conjunto de períodos de candidatura e com uma significativa evolução na aplicação de algumas das Medidas do Mercado Social de Emprego e particularmente das Empresas de Inserção. Trata-se de reunir num instrumento toda a informação possível acerca das Empresas de Inserção em Portugal, incluindo todos os seus dados genéricos, o seu tipo de actividade; responsáveis, promotores e trabalhadores envolvidos, possibilitando a consulta única e eficaz, acrescida da possibilidade da sua actualização na Página da Internet já referenciada.

Este trabalho teve por base três tipos de questionários: Questionário de actualização do Directório das Empresas de Inserção em Portugal; questionário de Avaliação da Medida Empresas de Inserção dirigidas às Entidades Promotoras; e um questionário aos trabalhadores das Empresas de Inserção.

Este conjunto de documentos foi elaborado em parceria com a estrutura técnica do IEFP, através do Departamento de Programas de Inserção e da Comissão para o Mercado Social de Emprego. Contamos ainda com a colaboração de elementos do Grupo de Trabalho sobre Economia Social e Terceiro Sector em Portugal, pretendendo que os inquéritos fossem alvo de várias fases de controlo metodológico na sua fase de elaboração.

Em Junho de 2004, prepararam-se e enviaram-se ao IEFP 600 inquéritos (aproximadamente o calculo de todas as Empresas de Inserção a nível do território nacional), de forma a serem enviados a todas as Entidades Promotoras.

Nesta tarefa tivemos a necessária colaboração, a experiência e *know-how* do próprio IEFP, no sentido de, aproveitando as suas bases de dados e as estruturas regionais e locais, conseguir uma maior eficácia na obtenção de resultados, foi igualmente utilizado a colaboração e a persuasão junto das Entidades Promotoras e das EI, por parte destas estruturas do IEFP, nomeadamente os seus CTE's no sentido de trazer uma mais valia para todo este trabalho.

Os Inquéritos foram enviados em início de Setembro de 2004 e ainda no decorrer desse mês começou a recepção e o tratamento de toda a informação enviada. Construíram-se dois tipos de Bases de Dados: uma que permitisse a recolha de informação para ser directamente inserida no Directório e uma outra, que se subdivide em 3, e num programa de SPSS, de forma a recolher a informação referente aos outros inquéritos (Entidades, Avaliação da Medida e Trabalhadores). Nesta última como se explica acima, toda a informação se destina a realizar o trabalho de Investigação sobre a Medida Empresas de Inserção, tendo em conta as suas variantes: Entidades Promotoras, a sua caracterização genérica; a avaliação que cada uma das Entidades Promotoras realiza da Medida e a avaliação dos próprios trabalhadores.

Em termos numéricos, será pertinente apresentar algumas considerações, pelas dificuldades apresentadas na recolha de informação:

Após uma primeira fase que decorreu até 15 de Outubro de 2004, recolheram-se 150 inquéritos num total de 519 registos de Empresas de Inserção, segundo a própria BD do IEFP. Na maioria dos casos foi reenviado o conjunto dos três inquéritos.

O passo seguinte foi distribuir, segundo um critério geográfico, e mobilizando as estruturas regionais da REAPN (Núcleos Distritais e Sede Nacional) para realizar a restante recolha, via telefónica ou por via electrónica (e-mail). Todo este trabalho resultou na recolha quase a 100% do total dos Inquéritos de Actualização das Empresas de Inserção. Sendo que nem todas as Entidades enviaram o conjunto dos três questionários, até ao dia 28 de Fevereiro de 2005 recolheram-se 153 questionários de Avaliação da Medida por parte das Entidades Promotoras e 917 questionários referentes aos trabalhadores. **(Ver Quadro 1 e 2)**

**Quadro 1 – Inquéritos recolhidos de Actualização do Directório das Empresas de Inserção por correio (15 Out. 2004) e por registo electrónico e telefone (28 Fev. 2005)**

Região	Nº Registos BD do IEFP	Nº inquéritos 15 Outubro 2004	Nº Inquéritos 28 Fevereiro 2005
Norte	141	34 (24,1%)	141 (100%)
Centro	116	29 (25%)	116 (100%)
Lisboa e Vale Tejo	193	51(26,4%)	189 (97,9%)
Alentejo	53	27(50,9%)	53 (100%)
Algarve	16	9 (56,3%)	16 (100%)
<b>Totais</b>	<b>519</b>	<b>150 (28,9%)</b>	<b>515 (99,2%)</b>

**Quadro 2 – Inquéritos recolhidos até 28 de Fev. 2005, por Zona, de avaliação da Medida nas Entidades Promotoras e dos trabalhadores.**

Região	Entidades Promotoras das EI's	Trabalhadores das EI's
Norte	47 (30,7%)	201 (21,9%)
Centro	24 (15,7%)	177 (19,3%)
LVT	49 (32%)	376 (41%)
Alentejo	29 (19%)	142 (15,5%)
Algarve	4 (2,6%)	21 (2,3%)
<b>Totais</b>	<b>153</b>	<b>917</b>

A Base de Dados fornecida pelos serviços centrais do IEFP registava 519 Empresas de Inserção em todo o território nacional. Após uma primeira fase de triagem, verificou-se a



existência de um número mais baixo (420). Sendo que, extinguiram-se 62. Nunca foram implementadas, ou não foram aprovadas por não reunirem os requisitos necessários 27 EI's. E por sua vez 10, passaram a valências das instituições ou se encontram em reestruturação, não sendo como tal neste momento consideradas EI's (Coluna Outros).

Esta diferença deve-se contudo a vários factores que explicam a discrepância, nomeadamente: o hiato temporal entre o início do processo de extinção de uma empresa de inserção e o seu efectivo encerramento definitivo, o hiato temporal entre a atribuição do estatuto de empresa de inserção e os prazos legais para o efectivo início de actividade; os prazos legais que decorrem para se iniciar um processo de extinção, quando o termo de responsabilidade não foi assinado pela entidade promotora (12 meses); um outro factor a ter em conta é o número de empresas de inserção que ainda estão em processo de negociação de uma potencial reconversão. Relativamente ao número de Entidades Promotoras, foram contabilizadas 334, sendo apenas referidas aquelas que efectivamente tem uma ou mais EI's a funcionar. **(Ver Quadro 3)**

**Quadro 3 – Entidades Promotoras de EI's por Zona, e Empresas de Inserção em funcionamento, extintas e projectos não implementados.**

<b>Região</b>	<b>BD IEF</b>	<b>Entidades Promotoras</b>	<b>EI's em Funcionamento</b>	<b>EI's Extintas</b>	<b>EI's não implementadas</b>	<b>Outros</b>
Norte	141	95	118	16	9	1
Centro	116	79	97	17	4	-
LVT	193	121	157	23	11	5
Alentejo	53	33	49	1	3	-
Algarve	16	6	7	5	-	4
<b>Totais</b>	<b>519</b>	<b>334</b>	<b>420</b>	<b>62</b>	<b>27</b>	<b>10</b>

Consideramos assim, que o nosso universo de estudo é um conjunto de Empresas de Inserção a nível nacional de 420 EI's, promovidas por 334 Entidades.

O número de respostas ao Inquérito de Avaliação da Medida foi na ordem dos 45,8 % de todas as Entidades Promotoras, com EI's em funcionamento. Em relação ao número de trabalhadores, e considerando que o número de trabalhadores por cada EI's é extremamente variável, foram obtidos 917 questionários, ou seja uma média de 2,1 trabalhadores por cada EI's.

## **B – Desenvolvimento do Estudo das Empresas de Inserção**

Relativamente ao desenvolvimento do estudo que resulta de todo este processo de recolha, convém introduzir algumas questões de carácter metodológico que resultaram da aplicação do

método e da administração das técnicas de investigação e que colocaram algumas questões práticas relativamente a todas as fases do seu desenvolvimento.

A primeira das questões foi, desde logo, a elaboração dos questionários, que foram numa primeira fase elaborados pelo Gabinete de Desenvolvimento da REAPN e posteriormente com a colaboração do IEFP, rectificadas e enviadas a todas as Entidades Promotoras a nível nacional. Como já foi explicado, tratava-se de realizar um recenseamento de todas as Empresas de Inserção existentes, compilando todos os dados importantes para a sua identificação clara e objectiva: Nome da Entidade Promotora, morada, telefone, fax, e-mail, web site, pessoa para contacto, nº de contribuinte, designação do projecto, parcerias de suporte, datas de início e prevista para o fim de actividade, tipo(s) de actividade(s), números de trabalhadores abrangidos, nº de trabalhadores em fase de formação, nº de trabalhadores profissionalizados e quantos inseridos no mercado de trabalho regular.

Houve ainda a preocupação de recolher outro tipo de dados, pertinentes para a execução deste tipo de trabalho: a forma jurídica da pessoa colectiva de suporte do projecto da Empresas de Inserção, e o tipo de públicos abrangidos. Tratava-se de recolher informação mais objectiva, mas também de conseguir toda aquela que poderia ser “cruzada” com os outros dois inquéritos: a Avaliação da Medida por parte das Entidades Promotoras e os trabalhadores. Todo este processo de recolha recorreu a três fontes de informação, que devem ser consideradas em dois planos: num primeiro plano, a própria Base de Dados dos serviços centrais do IEFP, num segundo plano, dois tipos de informação complementar: o Directório publicado pela REAPN em 2001, que numa forma indirecta serviu para confrontar o que já existia, e que por seu lado, deveria ser confirmado, e o apoio dos diversos CTE's locais na informação recolhida quer ao nível da localização das Entidades, quer no esclarecimento da existência ou implementação dos próprios projectos.

Outra das questões pertinentes prende-se com o período de referência e realização do estudo. Face à proposta de realização do Directório de Empresas de Inserção a REAPN, procurou recolher toda a informação disponibilizada pelo IEFP, constatando-se numa fase posterior, que nem todos os registos correspondiam a EI's em funcionamento, neste sentido foi necessário apurar os “registos reais” ou sejam os que correspondiam a EI's em funcionamento e separá-los dos projectos que não chegaram a ser implementados e a todas as EI's que já não se encontravam em funcionamento, e aqui separar as que se extinguíram e as que passaram a ter outro tipo de estatuto, nomeadamente novas valências das instituições. Volta a colocar-se aqui a questão dos vários hiatos temporais que decorrem dos processos de extinção e de implementação das empresas de inserção, que já foi explicado acima.

Como tal, todo o período de referência do estudo abrange a implementação da Medida desde o seu início, 1996 até final de 2004/ início de 2005.

Por ultimo, uma referência às técnicas de investigação em si. O instrumento de recolha de informação foi o questionário, que constitui seguramente a técnica de recolha de dados mais utilizada no âmbito da investigação sociológica. Como era nosso objectivo obter uma informação pormenorizada sobre a situação das EI's em funcionamento, as Entidades Promotoras e os seus trabalhadores, decidimos adoptar esta técnica, convictos de que era a que melhor se ajustava aos objectivos que pretendíamos – a pesquisa sobre todas as vertentes sociais das EI's – temos contudo, a consciência que qualquer técnica de investigação possui vantagens e desvantagens. No caso do inquérito por questionário, uma das vantagens reside no facto de poder ser administrado a uma margem lata de pessoas ou instituições sendo possível ser enviado pelo correio evitando custos que se tornariam extremamente elevados para os números apontados na Base de Dados que nos serviu de apoio. No entanto, e como já foi referido, foi necessário realizar contactos telefónicos com cerca de 70 % de todas as entidades referenciadas. Por motivos de não devolução do questionário por correio foi necessário deste modo activar toda a equipa da REAPN no território nacional (Núcleos Distritais e Sede Nacional) de forma a realizar a verificação e actualização dos dados referentes às EI's.

Os inquéritos foram ministrados directamente, uma vez que foram dirigidos às pessoas responsáveis pelas EI's e aos trabalhadores, no caso dos contactos telefónicos foram sempre dirigidos igualmente às pessoas que directamente são responsáveis pelas EI's. No que respeita à sua elaboração, procuramos tanto quanto possível formular as questões com clareza, estruturando-as de uma forma concisa, precisa e unívoca, sendo a maioria das questões fechadas, contudo, em alguns casos, tornava-se difícil a previsão das respostas, outra das preocupações foi a análise das questões abertas procurando abranger os aspectos qualitativos do texto, que julgámos constitui uma fonte de conhecimentos não negligenciáveis. Finalmente, todas as respostas dos três inquéritos foram trabalhadas no programa de estatística SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), tendo em vista a quantificação dos resultados.

O estudo encontra-se assim em plena fase final de elaboração, sendo ainda necessário algum trabalho de reflexão e finalização de alguns aspectos focados e a revisão de alguns aspectos mais teóricos de enquadramento de algumas questões abordadas.

Este documento está basicamente dividido em 4 capítulos, a saber: no Capítulo I abordam-se as questões mais gerais do enquadramento teórico deste trabalho – o Mercado Social de Emprego, a Economia Social e o Terceiro Sector – tendo em conta que é a partir duma

plataforma teórica que é constituído o ponto de partida para a investigação empírica. Em termos metodológicos, quer a referência a autores com trabalho relevante nos assuntos, quer o recurso a métodos exploratórios revelou-se fundamental na execução deste trabalho. No Capítulo II, focaram-se as técnicas utilizadas, bem como os condicionamentos metodológicos e a sua aplicação à investigação empírica concreta, técnicas de tratamento da informação, condicionalismos de várias ordens no decorrer do trabalho, reformulações executadas, bem como todas as referências necessárias à recolha de informação relativas ao Directório das Empresas de Inserção – a grande fonte de informação para execução desta investigação. No Capítulo III procedeu-se à análise de resultados, tendo em conta as duas vertentes em questão – a óptica dos promotores e a dos beneficiários – procuramos não ser demasiado exaustivos de forma a não cairmos na repetição de dados, procurando conciliar o resultado dos três inquéritos, para além da aplicação de técnicas mais informais, ler nas “entrelinhas” de muitas das respostas, em particular dos beneficiários. Finalmente, no capítulo IV apresentamos as conclusões deste trabalho, procurando estabelecer uma síntese de resultados, bem como uma tentativa de formulação do que julgámos ser um contributo para a avaliação da Medida em Portugal.

A sessão de divulgação das principais conclusões, decorrerá, conforme já fizemos referência no âmbito da conferência internacional: *Economia Social e Terceiro Sector: as novas realidades no contexto da globalização*, que será realizada no dia 26 de Janeiro de 2006

Está igualmente prevista a colaboração de especialistas académicos nas diversas áreas em que se mostre pertinente a sua colaboração: Economia Social, Estatística ou questões metodológicas que naturalmente surgirão à medida que as conclusões forem avançando.

## **ACÇÃO 9 – Criação de uma Base de Dados de contactos transnacionais, para o desenvolvimento de intercâmbios a troca de experiências ao nível do Mercado Social de Emprego**

Esta é uma actividade que entronca com as actividades nº 1 – Publicação de materiais de informação e de sensibilização, através dos meios disponíveis – particularmente com a actualização da Página da Internet e da Acção nº 2 – Publicação de um manual Interno de Informação do MSE para os Núcleos e Associados.

Trata-se de desenvolver e criar uma Base de Dados de contactos europeus para o estabelecimento de intercâmbios e troca de experiências ao nível de técnicos, gestores, dirigentes e trabalhadores entre Entidades Promotoras do MSE, Microcrédito e outras medidas de inserção profissional de públicos desfavorecidos e neste sentido, actualizar através da

Página da Internet disponibilizada todo um conjunto de informação e contactos a nível transnacionais: contactos de Associações de desenvolvimento local, entidades promotoras de projectos de inserção sócio-profissional, redes de informação sobre o Terceiro Sector e de actividades ligadas à Economia Social, divulgação de Iniciativas Comunitárias que possam ser integradas e desenvolvidas pelas Entidades Promotoras de Medidas do Mercado Social de Emprego, para além de todas as informações a nível internacional que possam constituir uma mais-valia para as Entidades Nacionais.

A recolha tem sido realizada e articulada com os diversos projectos que se desenvolvem na REAPN, ao nível dos diversos gabinetes e dos Núcleos distritais. Pelo seu carácter sistemático e permanente, implicará necessariamente a reformulação da página web disponibilizada para o projecto e pretendia-se que com a evolução de outros projectos esta actualização possa ser realizada já no final de 2005, quando da revisão gráfica e actualização da referida página. Por outro lado, têm sido desenvolvidos contactos com parceiros transnacionais da REAPN no sentido da colaboração nesta Base de Dados. Não sendo ainda possível a total articulação com todas estas iniciativas, pelo significativo atraso que implicou a realização quer do estudo das empresas de inserção, quer do directório e sendo este um instrumento base para o estabelecimento da reestruturação da página, julgamos que uma vez completada esta tarefa, toda esta articulação será possível ainda no decorrer do ano 2006.

## **ACÇÃO 10 – Grupo de Trabalho sobre Economia Social e Terceiro Sector em Portugal**

Este Grupo de Trabalho, desenvolvido a partir de 2003, por iniciativa da REAPN, procurou incentivar actividades conjuntas entre as várias entidades componentes, para que além da concertação de interesses comuns, fosse realçado o seu papel de grupo de pilotagem e de reflexão sobre as questões da Economia Social e do Terceiro Sector em Portugal. O seu âmbito pretendia ser abrangente nas diversas áreas que directamente poderiam interessar todas as entidades: a informação, a investigação e a formação, para além da entreaajuda em diversos aspectos de carácter mais genérico e do interesse comum.

Este Grupo de Trabalho é constituído por Entidades, que tendo colaborado, ao longo da existência deste Protocolo nos diversos eventos, demonstraram interesse na participação e elaboração do seu Plano de Acção. Porém, a participação deverá ser aberta à participação de demais Entidades que venham a colaborar ou demonstrem interesse nas actividades a implementar. Assim, o Grupo de Trabalho é constituído para além da REAPN, pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), Instituto António Sérgio para o Sector Cooperativo (INSCOOP), Instituto de Gestão do ISCTE, Núcleo Empresarial de Santarém (NERSANT),

Associação Nacional do Microcrédito (ANDC), Associação Portuguesa para a Responsabilidade Social das Empresas (APRSE), Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (ANIMAR), Faculdade de Economia da Universidade Católica do Porto, Centro de Estudos Cooperativos da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Instituto de Gestão do ISCTE e Associação de Solidariedade e Acção Social de Santo Tirso.

Durante o ano de 2004 foi fundamental e indispensável o envolvimento e a participação activa das diversas entidades que trabalham na área, quer pelo reconhecimento das suas competências específicas neste domínio de intervenção, quer pelo conhecimento que detém das especificidades de cada sector, nomeadamente, o movimento associativo, o sector cooperativo e a responsabilidade social das empresas, para além da participação em projectos nacionais e transnacionais de especial relevância para o MSE.

No entanto, ainda no decorrer do ano 2004, notaram-se algumas dificuldades em reunir todas as entidades do Grupo, sendo necessário o adiamento constante das reuniões. Notou-se também a extrema dificuldade da presença de um número razoável de entidades presentes, muitas as vezes por indisponibilidade de calendário, ou a realização simultânea de outros eventos. Realizou-se, para tentar colmatar esta dificuldade uma tentativa de descentralização das reuniões optando pela sua realização noutros locais do país. Esta estratégia revelou-se igualmente infrutífera.

Neste sentido, e dado que as actividades do Grupo em simultâneo se resumiam à realização de 4 reuniões anuais e pelo que foi atrás exposto, a REAPN deixou de insistir na realização desta actividade, continuando o Grupo de Trabalho com o mesmo carácter, motivações e objectivos, mas com colaborações mais esporádicas e informais, nomeadamente a realização de reuniões quando da realização de eventos em que simultaneamente se encontrem outros membros do Grupo de Trabalho ou em contactos por outros meios de comunicação, sempre que se revelem necessários e pertinentes.

## 2 – Articulação com as estruturas centrais do IEFP

O Acordo de Cooperação celebrado prevê na sua Cláusula 7ª a existência de uma “Comissão Paritária constituída por dois representantes do IEFP, um dos quais preside às reuniões e dois representantes da REAPN”.

Dando seguimento a esta orientação, os representantes da REAPN nesta Comissão serão:

- Dra. Sandra Araújo – Coordenação Técnica da REAPN
- Dr. Sérgio Aires – Coordenação Técnica da REAPN

Considera-se pertinente que se realizem reuniões periódicas da Comissão Paritária com vista a acompanhar as acções desenvolvidas e efectuar uma avaliação contínua que permita reajustamentos e alterações ao plano de acção delineado, caso se revelem necessárias. Foram realizadas 2 reuniões durante o corrente ano. Apresentou-se também um relatório intermédio de execução no final do primeiro semestre e um relatório final.

## 3 – Recursos a utilizar para a prossecução dos objectivos e acções do Plano de Acção

Para a prossecução dos objectivos e promoção das actividades delineadas no presente Plano, a REAPN contará com os seguintes recursos:

### Humanos:

- a) Apoio da coordenação técnica da REAPN para acompanhamento da execução do Plano;
- b) Apoio dos Interlocutores Regionais da REAPN para a implementação regional das acções;
- c) Apoio dos Núcleos Regionais, nomeadamente através dos seus representantes regionais (coordenação);
- d) Contratação de um técnico licenciado a tempo inteiro para a execução das tarefas directamente relacionadas com as acções do projecto;
- e) Contratação dos facilitadores / formadores que colaborarão nas acções a implementar;
- f) Membros da REAPN que integrarão a Comissão paritária entre a mesma e o IEFP.
- g) Utilização pontual e de comum acordo de alguns dos recursos técnicos do IEFP, nomeadamente ao nível das acções de Sensibilização e na organização da

Conferência Internacional sobre Economia Social e no trabalho de investigação sobre Empresas de Inserção.

Técnicos:

- a) Utilização dos meios logísticos da REAPN (Sede nacional e Núcleos Regionais) para a promoção das acções em causa;
- b) Mobilização das Organizações membros da REAPN para a prossecução das acções;
- c) Contratação dos restantes meios necessários para a boa prossecução das acções, nomeadamente: sensibilização, formação, seminários, recolha de informação, divulgação e disseminação das acções, etc. (meios logísticos que serão afectos exclusivamente a esta acção).



## 4 – Conclusões

Em 2005, a componente investigação ocupou um lugar central na execução deste Plano de Acção. O Anuário das Empresas de Inserção em Portugal 2005 e o estudo intitulado: *Pobreza, exclusão, desemprego e empresas de inserção em Portugal: a visão dos promotores e dos beneficiários*, foram os dois documentos produzidos que promoveram essa centralidade no trabalho desenvolvido pela REAPN, embora só apresentados em Janeiro de 2006, foram as actividades que ocuparam a maior parte do tempo gasto em 2005, no âmbito deste Protocolo.

O Anuário resulta de um longo trabalho de recolha e tratamento de dados recolhidos ao longo do ano 2005 (com início em 2004) e que constitui um instrumento de consulta e informação extremamente importante para todas as entidades envolvidas na área da luta contra a pobreza e exclusão social, através da promoção da empregabilidade dos públicos desfavorecidos perante o mercado de trabalho em geral e do Mercado Social de Emprego em particular. O segundo documento, tem origem no primeiro, ou seja, é do resultado dessa recolha de informação, que a REAPN promove o estudo sobre as empresas de inserção, tendo em conta, dois dos principais intervenientes nesta questão: as entidades promotoras e os públicos beneficiários da medida. É exactamente nesta última perspectiva – a dos beneficiários – que lhe confere a originalidade e a pertinência da investigação. É com base no princípio da participação activa dos públicos e no seu contributo para a análise das medidas de política social de que são alvo, que este estudo se orientou. O seu contributo principal é a colocação do lado daqueles que pretende atingir, enquanto medida de política social activa para o emprego, da “palavra” e da “opinião”, como instrumento de análise. Não esquecendo a perspectiva das entidades promotoras, a análise dos intervenientes mais directamente implicados, constitui um contributo importante para complementar a visão da medida em si e do Mercado Social de Emprego. Este estudo, tentou promover uma visão “integrada” das partes envolvidas – pelo menos das duas mais directamente implicadas – faltou, talvez a própria visão dos técnicos implicados através das estruturas do IEFP, que ao longo de quase 9 anos de vigência da medida foram também eles intervenientes directos, quer no acompanhamento, quer no desenvolvimento de todos os projectos, Mas, era a perspectiva dos trabalhadores envolvidos nas empresas de inserção e a opinião das entidades promotoras que faltava nos trabalhos desenvolvidos e até aqui publicados, que pretendemos imprimir neste estudo, como contributo para a avaliação quer da própria medida quer do Mercado Social de Emprego.

O facto da investigação constituir o principal eixo de trabalho ao longo do ano 2005, não impediu o normal seguimento das outras actividades normalmente assumidas como mais usuais na execução deste Protocolo de Cooperação: a informação e a formação.

No que diz respeito à formação, foram executadas as duas acções previstas para o ano 2005. A acção sobre Marketing Aplicado às Organizações Sem Fins Lucrativos de Acção Social e a de Gestão de Organizações Não Lucrativas.

No caso do “Marketing Aplicado” a acção de formação pretendeu destacar o papel deste instrumento para o desenvolvimento de estratégias de implementação dos produtos e serviços que é oferecido no campo da Solidariedade Social e ao aumento crescente de solicitação de respostas ao nível das mais diversas áreas (Emprego, Família, Saúde, Imigração, Desenvolvimento Local ...) tendo sempre em conta – e talvez este seja o eixo central da questão – os financiamentos disponíveis. A extrema dependência de subsídios de muitas instituições, sem outro tipo de financiamento, torna necessário um maior empenho e aposta na questão da qualidade e aposta na “imagem”. Esta acção de formação teve sessões repartidas pelos distritos de Viseu, Setúbal e Leiria, apostando a REAPN na execução destas acções em dois novos distritos onde implementou núcleos durante o ano 2005 (Viseu e Leiria).

A outra acção de Formação visou sobretudo a questão da gestão nas OSFL tendo em conta as vertentes de recursos humanos e materiais nas organizações. O planeamento de uma acção de formação de “longo curso” através da colaboração com uma instituição de ensino superior com a experiência acrescida da realização da 1ª pós-graduação em Economia Social, permitiu-nos promover 150 horas de formação para técnicos das áreas da intervenção social com responsabilidades na gestão nas suas instituições, mas sem formação específica nas vertentes mais económicas: fiscalidade, gestão financeira de projectos, avaliação de investimentos, orçamentação e todo um conjunto de ferramentas indispensáveis à gestão quotidiana das organizações. Por questões de organização, de natureza logística e geográfica esta acção foi planeada para Santarém de forma a dar “respostas” a todas as necessidades dos formandos. Pensamos que a principal mais valia foi a constituição de um conjunto articulado de matérias fundamentais sobre a gestão, que poderá corresponder a necessidades não satisfeitas pela oferta de formação e a experiência resultante de uma organização deste tipo.

No eixo informação, a REAPN, para além da produção do já referido Anuário de Empresas de Inserção, procedeu-se à divulgação das acções através de todos os meios de informação que a REAPN dispõe, a nível da sede e dos núcleos distritais. Faltou a actualização da página da Internet referente ao projecto, em grande parte pela finalização apenas durante o ano 2006 do Anuário das Empresas de Inserção, que substituirá o actual anuário que se encontra na página que data do ano 2001. Durante 2006, proceder-se-á a esta remodelação e conseqüentemente à actualização de todos os conteúdos da página.

Ainda ao nível da informação realizaram-se mais eventos que consideramos serem significativos, a saber, a ligação ao ano Internacional do Microcrédito, através da realização de acções de sensibilização e informação sobre esta forma de acesso a um instrumento que cada dia tem os seus resultados reconhecidos como fundamentais no combate à pobreza ao nível internacional.

Tínhamos referido, na apresentação do relatório intermédio deste projecto, a dificuldade de realização de todas as acções previstas, sobretudo porque a questão do Anuário e do estudo das empresas de inserção, tomou uma dimensão demasiado grande para os recursos que tínhamos disponíveis e acima de tudo conseguimos assegurar a qualidade e a quantidade de trabalho desenvolvido ao longo de anos anteriores. Realizado o balanço, e apesar de todas as dificuldades colocadas, pensámos que tal objectivo foi relativamente conseguido, tendo em conta que em algumas acções se encontraram algumas lacunas inerentes quer às capacidades logísticas (acção de formação de Santarém), quer à manifesta falta de tempo (actualização da página da Internet), em termos globais produzimos e realizamos os trabalhos propostos em Plano de Acção, apresentado no início do ano 2006 e contamos desde já com a finalização ainda no decorrer do mês de Janeiro de 2006 de mais dos eventos previstos, que por razões já explicadas no decorrer deste relatório só serão aí concluídos: a acção de formação: “*Gestão de Organizações Não Lucrativas*” e a Conferência Internacional: “*Economia Social e Terceiro Sector: as novas realidades no contexto da globalização*”.

## 5 - Cronograma das Acções

Janeiro de 2005 / Dezembro de 2005

Acções a desenvolver	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
<b>Acção 1</b> – Publicação de materiais de informação e sensibilização através dos meios disponíveis												
<b>Acção 2</b> - Publicação de um Manual Interno de Informação sobre o MSE, para as estruturas da REAPN.												
<b>Acção 3</b> – Acções de divulgação no âmbito do Ano Internacional do Microcrédito												
<b>Acção 4*</b> – Acção de divulgação do estudo das Empresas de Inserção e actualização do Anuário.												
<b>Acção 5*</b> – Conferência Internacional sobre Economia Social.												
<b>Acção 6**</b> – Acção de Formação em Gestão de ONG's												
<b>Acção 7</b> – Acções de Formação em Marketing Aplicado às ONG's.												
<b>Acção 8</b> – Estudo das Empresas de Inserção												
<b>Acção 9</b> – Criação de Base de Dados de contactos transnacionais												
<b>Acção 10***</b> – Grupo de Trabalho sobre Economia Social e Terceiro Sector												
Articulação com as estruturas centrais do IEFP												

- **As Acções nº 4 e nº 5** - Decorreram em Janeiro de 2006, no âmbito da realização da Conferência Internacional: *Economia Social e Terceiro Sector: As novas realidades no contexto da globalização*.
- **A Acção nº 6** - Foi prolongada e só teve o seu término em Janeiro de 2006.
- **A Acção nº 10** - Foi extinta durante o ano 2005.